



**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

Considerando que:

1- No início de 2011, o Estado português apresentava uma situação de completa insustentabilidade ao nível das suas contas;

2- Em Abril de 2011, após os mercados lhe terem “fechado as portas”, Portugal foi obrigado a pedir ajuda externa;

3- Na sequência do pedido de ajuda externa, o então executivo socialista negociou um memorando de entendimento que pressupõe a redução da despesa pública, assim como o aumento da receita pública;

4- No âmbito da redução da despesa pública o memorando de entendimento datado de 17 de Maio de 2011 refere que Portugal terá que “ *Melhorar o funcionamento da administração central, eliminando duplicações, aumentando a eficiência, reduzindo e extinguindo serviços que não representem uma utilização eficaz de fundos públicos*” estando previsto, nomeadamente, a “ *redução do número de serviços locais*”;

5- Notícias vindas a público dão conta das preocupações do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos que receia que mais de 150 representações dos serviços de Finanças venham a encerrar num futuro próximo;

Face ao exposto e nos termos do disposto no art.º 156ª, alínea d) da Constituição, é direito dos Deputados “requerer e obter do Governo ou dos órgãos de qualquer entidade pública os elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do mandato”;

Nos termos do artigo 155º, n.º 3, da Constituição e do artigo 12º, n.º 3, do Estatuto dos Deputados, “todas as entidades públicas estão sujeitas ao dever geral de cooperação com os Deputados no exercício das suas funções ou por causa delas”;

Nos termos do disposto no artigo 229º, n.º 1, do Regimento da Assembleia da República, as

perguntas apresentadas pelos Deputados são tramitadas por intermédio da Senhora Presidente da Assembleia da República com destino à entidade requerida, tendo esta o dever de responder conforme o disposto no n.º 3 do mesmo preceito, no máximo de 30 dias;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados vêm por este meio requerer ao Srª Ministra de Estado e das Finanças, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, resposta ao seguinte:

1- Confirma que é intenção do Governo encerrar mais de 150 representações dos serviços de Finanças?

2- Pretende o Governo proceder ao encerramento da representação dos serviços de Finanças no Concelho de Monchique?

3- Caso seja intenção do Governo em encerrar a representação dos serviços de Finanças no Conselho de Aljezur:

a) Quando é que o Governo prevê que esse encerramento ocorra?

b) Quais os critérios subjacentes que ditaram que a escolha recaísse, especificamente, nessa representação dos serviços de finanças?

c) Quais as soluções encontradas para todos aqueles que regularmente utilizam essa representação dos serviços de finanças?

d) Quantos postos de trabalho se irão perder com o encerramento dessa representação dos serviços de finanças?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 29 de Novembro de 2013

Deputado(a)s

ARTUR RÊGO(CDS-PP)